

Relação público privado na educação básica – notas sobre o histórico e o caso do PDE-PAR – Guia de Tecnologias

Public private relation on basic education – notes about the historic and the case of PDE-PAR – Technologies Guide

Vera Maria Vidal Peroni^{*}

Alexandre José Rossi^{**}

Daniela de Oliveira Pires^{***}

Lucia Hugo Uczak^{****}

Luciani Paz Comerlatto^{*****}

Maria Raquel Caetano^{*****}

^{*} Doutora em Educação. Professora da UFRGS.
E-mail: veraperoni@gmail.com

^{**} Mestre em Educação. Doutorando da UFRGS.
E-mail: aj_rossi@yahoo.com.br

^{***} Mestre em Educação. Doutoranda em Educação da UFRGS. Professora ULBRA Guaíba.
E-mail: danielaopires@yahoo.com.br

^{****} Mestre em Educação. Doutoranda em Educação da UFRGS. Professora da Feevale. E-mail: lucia.hugo@yahoo.com.br

^{*****} Mestre em Educação e Doutoranda em Educação da UFRGS. E-mail: lucianipaz@gmail.com

^{*****} Mestre em Educação e Doutoranda em educação da UFRGS. Professora da FACCAT. E-mail: rcaetano@faccat.br

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão sobre as parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor no Brasil e as implicações para a democratização da educação. É parte de uma pesquisa em andamento, abrangendo também Argentina, Portugal e Inglaterra. Para dialogar com os outros países, analisamos as políticas educacionais que envolvem a relação entre público e privado na educação básica no Brasil, em todas as etapas e modalidades, assim como a proposta de gestão pública do governo federal. Nos limites deste artigo, trataremos apenas do histórico da educação privada no Brasil e as parcerias propostas no PDE-PAR- Guia de Tecnologias.

Palavras-chave

Parceria público/privado na educação. Guia de Tecnologias Educacionais. Plano de Ações Articuladas.

Abstract

This paper presents a discussion on partnerships between public systems and institutions of the third sector in Brazil and the implications for the democratization of education. It is part of ongoing research, also including Argentina, Portugal and England. To engage with other countries, we analyze educational policies that involve the relationship between public and private basic education in Brazil, in all stages and modalities, as well as the proposal for public management of federal government. Within the limits of this article, we will only study the history of private education in Brazil and the partnerships proposed in PDE-PAR-Technologies Guide.

Key words

Public/private partnership on education. Educational Technologies Guide. Articulated Actions Planning.

Introdução

Este artigo apresenta algumas discussões acerca do histórico da educação privada no Brasil e das parcerias propostas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – Plano de Ações Articuladas (PAR) e Guia de Tecnologias Educacionais. Tais temas são parte da pesquisa “Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor: Brasil, Argentina Portugal e Inglaterra e as implicações para a democratização da educação” que visa a estudar a relação entre o público e o privado, através da análise das parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor e as consequências para a democratização da educação.

Para dialogar com os outros países, analisamos as políticas educacionais que envolvem a relação entre público e privado na educação básica no Brasil, em todas as etapas (infantil, fundamental e médio) e modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional), assim como o histórico dessa relação e a atual proposta de gestão pública do governo federal. Cada tema abordado

possui uma dupla de pesquisadores responsáveis. O grupo de pesquisa está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/ UFRGS) e é composto por mestrandos, doutorandos, mestres, doutores e docentes do Programa. Esse coletivo estuda o tema público/privado desde 2001 e, na atual pesquisa, realiza reuniões quinzenais para as quais cada dupla traz dados e análises, para a discussão do coletivo. Assim o grupo participa da elaboração em todas as fases do processo.

A metodologia é debatida coletivamente e tem como desafio permanente analisar as implicações das várias formas de relação público/privado para a democratização da educação no Brasil. Nesse momento, estamos mapeando os principais programas que envolvem a relação público-privada tanto no interior do próprio Estado, como o PDE Escola, PAR, assim como parcerias com instituições privadas ou do terceiro setor. No primeiro momento, para a análise, temos como principais parâmetros: se o programa ou a parceria ampliou o acesso e a concepção educacional ou o conteúdo da proposta.

O levantamento das fontes é realizado por coleta de documentos, legislação, dados estatísticos e, sempre que possível, de entrevistas, e também nas páginas oficiais dos Programas ou Instituições do terceiro setor, como Instituto Ayrton Senna, Unibanco e outros.

Nos limites deste artigo, trataremos apenas do histórico da educação privada no Brasil e das parcerias propostas no Guia de Tecnologias Educacionais do PDE-PAR. É muito importante analisar as raízes históricas da relação público/privada em nosso país, inclusive para situarmos o quanto é recente a ampliação do direito à educação e que ela ocorre como parte do processo de democratização da sociedade após longo período de ditadura. Mas esta luta por ampliação de direitos materializados em políticas sociais ocorre ao mesmo tempo em que, em nível internacional, a crise do capital e suas estratégias de superação: reestruturação produtiva, globalização financeira, neoliberalismo e Terceira Via minimizam o papel do Estado como executor de direitos sociais. Nesse contexto em que proliferam todas as formas de privatização da educação é que as parcerias público-privadas têm sido estimuladas pelo poder público no Brasil, como, por exemplo, através do Guia de tecnologias do PAR/PDE, como apresentaremos neste artigo.

É importante destacar ainda que, em nossas pesquisas, o conceito de Estado não é visto como uma abstração, mas como parte importante da correlação de forças de um dado período histórico. O conceito de democracia é entendido como materialização de direitos e igualdade

social, e não separação entre o econômico e o político¹, pois partimos do pressuposto de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças macrossociais e econômicas, mas é parte constitutiva de ambas. Nesse sentido, é importante analisá-las no contexto da redefinição do papel do Estado, que está inserida em um movimento maior do capitalismo. Assim, a crise no Estado seria consequência, e não sua causa (PERONI, 2012a).

Histórico da relação público-privado no Brasil

Um dos assuntos mais contraditórios no campo educacional seja talvez o caráter público e privado da promoção da educação brasileira. Tal debate atravessa toda a nossa história educacional.

Para Gilberto Freyre, o grande impacto promovido a partir da colonização foi o advento da Casa Grande, a família rural, de caráter patriarcal, o grande sentido da colonização. Polêmico, Gilberto Freyre chegou a afirmar que a colonização possuía aspectos positivos, dentre eles, destaca-se o seu caráter povoador, benéfico e culturalista. Sob este aspecto da sua obra, nos posicionamos de maneira contrária, pois não entendemos a colonização como algo que favoreceu o desenvolvimento do nosso país. A contribuição de sua obra, para o nosso estudo, é a aproximação entre a esfera pública e a privada, para a

¹ Sobre a não-separação entre o econômico e o político, ver Wood (2003).

organização política, econômica e social. De acordo com o autor:

A casa grande completada pela senzala representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o tigre, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento e o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, **escola**, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 2006, p. 35 e 36) (grifo nosso).

Esta organização sociopatriarcal, característica do período da Casa Grande do período dos senhores de engenho, era precedida de uma organização hierárquica, fortemente estabelecida, vista como condição para a consolidação e êxito do processo colonizador. Podemos observar que a estrutura oficial de organização social à época da colonização pertencia à esfera privada, e não à esfera pública, pois, no caso, o que se legitima como oficial, pertence à esfera de organização privada.

Os portugueses se caracterizavam enquanto sociedade, por priorizar o mérito pessoal do indivíduo, em detrimento da questão da hierarquia, hierarquia esta fundada nas capacidades técnicas e científicas. O que se evidencia é que a relação

público-privada possui raízes bem mais remotas, pois é um dos pilares da vida na sociedade portuguesa. Nesse sentido, afirma Sérgio Buarque de Holanda:

[...] **toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios**. E a verdade é que, bem antes de triunfarem parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça, o prestígio pessoal, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibérica. [...] A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada [...] **O mérito pessoal**. Quando fundado em tais virtudes, teve sempre importância ponderável. Semelhante concepção é que, prolongada na teologia, iria ressuscitar, em pleno século XVI, a velha querela do pelagianismo, encontrando a sua manifestação mais completa na doutrina molinista. E nessa polêmica iria ter papel decisivo [...] uma instituição de origem ibérica, a Companhia de Jesus (HOLANDA, 2001, p. 35, grifos nossos).

Importante salientar o predomínio das questões relativas à meritocracia e ao privilégio pessoal, como a tônica, na organização do Estado português e que, na atualidade, são valores incorporados no âmbito de promoção do direito à educação, especificamente com relação ao processo de avaliação, que leva em consideração o mérito pessoal. Para os portugueses, o mérito pessoal e os privilégios concedidos, em

razão da responsabilidade individual, eram o determinante para forjar a organização da vida portuguesa.

Outra característica presente na formação dos povos ibéricos é relacionada ao estímulo à solidariedade enquanto um valor importante para a unidade social lusitana, tendendo a perder espaço e influência, somente pela necessidade do estabelecimento de uma ordem política que demandasse a obediência da maioria, em prol da unidade de nação.

À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade [...] só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como VIRTUDE SUPREMA entre todas, considerada para eles, *o único princípio político verdadeiramente forte* (HOLANDA, p. 39, 2001).

Nesse sentido, o amor ao próximo, a cordialidade, a receptividade calorosa, acabou se estabelecendo em uma das marcas do povo brasileiro, sempre pronto a auxiliar, e que, nos dias atuais, pode ser caracterizada através do estímulo governamental ao voluntariado, materializado na criação de entidades não governamentais (ONGs), através da aproximação entre o público e o privado que atuam fomentando, em grande parte, direitos sociais, dentre eles a educação.

Durante a fase imperial, destacamos o Decreto de 30 de junho de 1821, que pode ser considerado o marco legal da relação público-privado nesse período histórico:

As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, considerando a necessidade de facilitar por todos os modos a instrução da mocidade no indispensável estudo das primeiras letras; atendendo a que não é possível desde já estabelecer, como convém, escolas em todos os lugares deste Reino por conta da Fazenda Pública; e querendo assegurar a liberdade que todo o cidadão tem de fazer o devido uso de seus talentos, não seguindo daí prejuízos públicos, decretam que da publicação deste em diante seja livre a qualquer cidadão o ensino e a abertura de Escolas de primeiras letras, em qualquer parte deste Reino, quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame ou de alguma licença. (BRASIL, Decreto de 30 de junho de 1821, p. 05),

O que podemos observar é que, nesse momento, a instrução primária encontrava-se sob a tutela da sociedade, afastando em absoluto qualquer responsabilização da esfera estatal, pela sua promoção. Na fase republicana, uma das principais alterações que o direito à educação sofreu, foi devido em grande parte à mudança do regime monárquico para o regime republicano, pois com o novo regime houve uma ruptura do Estado com a Igreja. A consequência direta foi que a educação deixou de ser função preponderante daquela instituição. O art. 72, no seu parágrafo 6º da Constituição Federal de 1891 dispunha que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, em outras palavras significou que o ensino,

portanto, não estava submetido a ordens sacras.

Nesse sentido, resta claro que o direito à educação na história das Constituições brasileiras somente passou a merecer destaque a partir da Constituição Federal de 1934, que teve como principal característica a preocupação com as questões relativas aos direitos sociais, sendo que somente vigorou até 1937, pois, depois disso, sucedeu o período relativo à ditadura do Estado Novo.

A Constituição Federal de 1988, em seu texto, aproximou-se do ideário do Estado Democrático de Direito, restabelecendo as garantias constitucionais, suprimidas durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), delegando ao Estado a responsabilidade pelo fomento dos direitos sociais, em que pese à educação. Entretanto, com a publicação da Emenda Constitucional n. 19, a Carta Política de 1988 sofreu profundas mudanças, afrontando as conquistas sociais dos cidadãos, para favorecer uma lógica de mercado, que é por essência excludente, diminuindo assim a esfera de atuação do Estado no campo das políticas públicas, estimulando o advento das parcerias público-privadas na promoção do direito social à educação.

Relação público privado na educação básica - o caso do PDE-PAR - Guia de Tecnologias

A luta por democratização da educação foi parte desse processo de mudanças na sociedade brasileira. Assim, dos anos 80 do século passado aos dias atuais, estamos

acompanhando várias mudanças no quadro da educação brasileira. O processo de democratização deu início a diversos debates e, conseqüentemente, a lutas sociais que promoveram o surgimento de diversas políticas sociais e, no caso da educação, políticas públicas educacionais. A grande questão nesse processo de mudança de paradigmas reside na concepção de mundo, homem, sociedade, cultura, educação e trabalho, do qual partimos e queremos promover. Nesse sentido, faz-se necessário situar o papel do Estado enquanto promotor, financiador e executor de políticas públicas coerentes com esses fins. No entanto, no cenário da educação brasileira, é notória uma grande contradição entre os fins, os meios e os resultados das políticas educacionais em andamento. Se, por um lado, visualizamos a alteração das bases legais², o redesenho da educação pública, aspirando à qualidade social para todos, por outro lado, presenciaremos o Estado delegando ao setor privado, através das parcerias público-privadas, o poder de definição das concepções acima referidas. Dessa forma, destacamos como inquietação: qual a concepção de mundo, homem, sociedade, cultura, educação e trabalho está sendo construída e implementada nas escolas públicas gratuitas, pelas parcerias público-privadas no atual momento histórico da educação brasileira?

Na tentativa de 'responder' a essa indagação, abordaremos o exemplo do

² As bases legais (CF/1988, LDBEN/1996 e as leis complementares e normatizações e decorrentes destas) configuram um avanço em nível de reclamações sociais. É fruto de uma correlação de forças.

PDE, PAR, Guia de tecnologias, enquanto base material das nossas inquietações.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 24 de abril de 2007, estabelece uma reorientação dos mecanismos de atuação do MEC junto aos entes federativos apresentando como eixos principais e norteadores das ações do Ministério, o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Plano de Ações Articuladas (PAR). Esses três instrumentos têm sua base legal estabelecida pelo Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, passando a constituir-se em instrumentos basilares e orientadores da ação ministerial junto aos entes federativos.

O Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação” estabelece 28 diretrizes, baseadas em estudos sobre boas práticas de redes e escolas realizadas pelo MEC em parceria com organismos internacionais. Essas diretrizes vão desde o estabelecimento do foco na aprendizagem, alfabetização das crianças até no máximo os oito anos, com aferição dos resultados por exame específico, à realização de parcerias externas à comunidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura das escolas.

Conforme Lucia Camini,

[...] o PDE/Plano de Metas Compromisso caracteriza-se como uma política marcada pela continuidade e ruptura, permanência e inovação, podendo ser comparada também a um movimento marcado pela alternância e predominância, ora de uma, ora de outra

forma de gestão, num processo dialético contínuo. Pode-se inferir, ainda, que essas formas de gestão são também contraditórias e influenciadas por tensões. E a harmonização das contradições e antagonismos pode ser alcançada na relação direta e paralela, envolvendo os entes federados e as relações sociais constituídas com os diferentes sujeitos sociais envolvidos no processo de implantação desse Plano (CAMINI, 2010, p. 548).

Com o PDE, o MEC fortaleceu a política de avaliações de larga escala, vigente nos últimos anos e criou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Esse índice é calculado a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinado com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar, com os resultados da Prova Brasil. Calculado numa escala que vai de zero a dez, o IDEB é desdobrável por redes de ensino e por escolas com o objetivo maior de promover a responsabilização da comunidade escolar e da classe política com os resultados de aprendizagem dos alunos, propiciando também a mobilização da sociedade em torno da educação.

Com o IDEB, o Ministério da Educação passou a utilizar novos critérios nas ações de assistência técnica e financeira no cumprimento das funções redistributivas e supletivas, priorizando os municípios e escolas com os mais baixos índices. Esses municípios receberam recursos financeiros adicionais e assistência técnica para a melhoria de aspectos como a gestão educacional, formação de professores e outras áreas através do Plano de

Ações Articuladas (PAR). Para tanto os municípios realizaram um diagnóstico detalhado das condições da educação, seguido de um planejamento das ações a serem executadas, no período de quatro anos, para viabilizar a melhoria do Índice da Educação Básica (IDEB), para a qual a meta do governo federal é alcançar, até 2020, a média seis.

Sobre o IDEB, já tínhamos analisado em trabalho anterior sobre Avaliação:

Ao contrário dos outros testes, o IDEB tem se traduzido em um parâmetro para o investimento em escolas e sistemas públicos de educação de acordo com suas necessidades. Resta discutir o conteúdo da intervenção estatal, que ainda tem muito a avançar, principalmente na gestão democrática da educação, tanto no que se refere à proposta de gestão do PDE escola, que “tomou emprestada” do FUNDESCOLA uma concepção gerencial de gestão escolar, quanto no fomento às parcerias com instituições privadas definindo a educação pública, que são grandes problemas a serem enfrentados. Assim, temos um avanço na concepção de avaliação diagnóstica e o poder público como o responsável pela qualidade da educação propondo políticas para solucionar os problemas detectados, mas ainda com limites importantes de serem pontuados, já que esta política está em processo de construção. (PERONI, 2009, p. 296).

O município no momento da elaboração do seu PAR pode optar por desenvolver as ações que achar mais apropriadas

a sua realidade havendo, nesse sentido, a possibilidade de eliminar aquelas que não se adequem ao seu projeto de escola e educação. Nesse processo de elaboração do diagnóstico e do planejamento das ações e subações, percebe-se o incentivo à participação da sociedade civil, além dos técnicos da prefeitura e professores municipais, na composição das equipes responsáveis pela execução do diagnóstico e do PAR, bem como pelo acompanhamento e fiscalização da sua implementação. Nesse caso, são duas as equipes responsáveis por esses movimentos: a equipe local, que constrói o diagnóstico, e o Plano (PAR) o Comitê Gestor de acompanhamento do PDE, também chamado Comitê Gestor do Compromisso Todos pela Educação. A Lei sugere que estes dois comitês sejam compostos por representações que contemplem a participação e responsabilização, também da sociedade civil.

Uma das alternativas, da qual lança mão o “Compromisso”, é o incentivo à participação da sociedade civil e da iniciativa privada, por meio de parcerias externas. As parcerias dizem respeito tanto à manutenção física da escola, quanto às ações educativas, prerrogativa da instituição e do seu projeto pedagógico construído, democraticamente, pela comunidade escolar.

Em se tratando de um plano de metas que integra a educação e que orienta as ações do MEC, o incentivo às parcerias está fazendo parte de uma política global de Estado, já que praticamente todos os municípios do Brasil fazem o PAR, ou seja, tornou-se política pública de Estado.

Uma das ações do PDE é a elaboração do Guia de Tecnologias Educacionais³, composto por tecnologias elaboradas pelo próprio Ministério e por aquelas pré-qualificadas pelo MEC. O Guia tem como objetivos:

- disseminar padrões de qualidade de tecnologias educacionais que orientem a organização do trabalho dos profissionais da Educação Básica;
- estimular especialistas, pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais para a criação de tecnologias educacionais que

contribuam para elevar a qualidade da Educação Básica;

- fortalecer uma cultura de produção teórica voltada à qualidade na área da educação básica e seus referenciais concretos. (Guia de Tecnologias 2011/2012. BRASIL, 2011, p. 15).

Em 2009, o Guia de Tecnologias foi organizado em seis categorias. Já em 2011/2012 houve o acréscimo da categoria Educação Infantil. Dentre essas categorias muitas delas desenvolvidas por instituições externas ao MEC, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Guia de tecnologias

Item	Categoria	Tecnologia desenvolvida pelo MEC		Tecnologia externa ao MEC		Total	
		2009	2011	2009	2011	2009	2011
1	Gestão da Educação	09	11	06	07	15	18
2	Ensino Aprendizagem	04	09	51	51	55	60
3	Formação dos profissionais da educação	10	12	14	15	24	22
4	Educação Inclusiva	06	11	01	01	07	12
5	Portais Educacionais	04	05	02	11	16	16
6	Diversidade e Educação de Jovens e Adultos	10	17	07	11	17	28
7	Educação Infantil	-	-	-	08	-	08
	TOTAL	43	65	91	104	134	169

Fonte: Adaptado dos Guias de Tecnologias Educacionais, 2009 e 2011/2012.

³ Entende-se por tecnologia educacional as práticas, métodos ou técnicas de ensino acompanhadas de aparatos, aparelhos ou ferramentas instrumentais, inclusive já em uso por redes ou estabelecimentos de ensino, que apresentem potencial impacto positivo na melhoria da qualidade da educação básica pública, a serem empregadas como mecanismo de apoio aos sistemas de ensino e aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala de aula.

De acordo com o quadro anterior, o primeiro dado que nos salta aos olhos é o aumento do número de tecnologias que, em 2009, era de 134 e passa para 169, em 2011. Consideramos esse dado relevante porque a maioria dessas tecnologias é externa ao MEC. Tais tecnologias externas ao MEC configuram-se predominantemente em projetos/programas desenvolvidos por empresas privadas, pautadas pela lógica do mercado, mas, vendendo serviços para o setor público, configurando-se uma parceria público-privada.

Segundo o aviso de Chamamento Público MEC/SEB N. 1/2008, poderão apresentar propostas de tecnologias educacionais quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que detenham regular e comprovadamente os direitos de propriedade intelectual sobre as tecnologias, tais como: universidades, centros universitários, faculdades, centros tecnológicos, centros e museus de ciências, instituições de educação básica, organizações não-governamentais, fundações e centros de pesquisa e desenvolvimento, sem prejuízo de outras.

Dentre as categorias do Guia, destacamos o Ensino Aprendizagem em que a incidência das tecnologias externas ao MEC é predominante. Tais tecnologias são desenvolvidas e vendidas por empresas⁴ como a Positivo Informática S/A, *Brink Mobil* Equipamentos Educacionais Ltda, Sangari do Brasil Ltda., AYB Consultoria Técnica em Engenharia de Produção,

Autolabor Indústria e Comércio, Semina Produtos Educativos e Serviços Ltda, Editora Moderna Ltda., Planeta Educação Gráfica e Editora, Expoente Soluções Comerciais e Educacionais Ltda., entre outras. Dentre as ONGs e institutos destacamos o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Alfa e Beto, o Instituto Unibanco, assim como a CENPEC, o GEEMPA.

A inserção da categoria da Educação Infantil no Guia de Tecnologias é outro dado que nos chama atenção, pois desde 2008, através da Lei N. 11.700, foi acrescentado, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o dever do Estado de assegurar vaga na escola pública a toda criança “a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade”. Apesar da obrigatoriedade da matrícula na Educação Infantil, o MEC não desenvolveu nenhuma tecnologia destinada a esse segmento ficando, até este momento, atendido apenas por oferta externa, pré-qualificada pelo Ministério.

A parceria nas categorias ensino aprendizagem e formação dos profissionais da educação, que também apresenta maior número de tecnologias externas ao MEC, incidem em questões que consideramos centrais da educação: o currículo e o trabalho docente. Como referimos anteriormente neste mesmo item, entendemos que qualquer mudança nesse processo representa uma mudança de paradigmas que interfere na concepção de homem, de sociedade, de escola, de educação que desejamos promover. Ou seja, incentivar a parceria com o setor privado em categorias estratégicas como estas significa entregá-las à lógica do mercado.

⁴ Ver Guia de Tecnologias Educacionais 2011/2012.

Com base no exposto acima, é importante destacar que não almejamos desconsiderar e desqualificar a importância da política desenvolvida pelo Ministério da Educação que propõe regulamentar, através da certificação e validação, a qualidade dessas tecnologias. O nosso ponto de questionamento são as implicações para a democratização da educação pública dessas parcerias, considerando que são projetos padronizados⁵, replicáveis que não levam em consideração as especificidades culturais e tempos de aprendizagem, o que é um retrocesso pedagógico. A adoção de projetos padronizados contraria o princípio da gestão democrática da educação que estabelece as competências da escola e do professor incluindo a responsabilidade pela elaboração e execução da proposta pedagógica da escola e, por consequência, demais planejamentos dela decorrentes, como planejamento curricular e planos de aula. E ainda toda a concepção de educação ser ditada, mais uma vez tendo como parâmetro o mercado. Em trabalho anterior que analisou a parceria de escolas públicas com o Instituto Ayrton Senna, fizemos algumas reflexões sobre as consequências das parcerias para a gestão democrática:

No Brasil, como parte do movimento pela abertura política, houve avanços na luta pelo direito à educação,

⁵ Entendemos como projetos padronizados os programas, as tecnologias, material didático como apostilas, programas de gestão e demais materiais que fornecem um receituário de sucesso, retirando a autonomia do professor e da comunidade escolar na definição de sua proposta pedagógica.

entendido não apenas como acesso à escola, mas ao conhecimento e a uma maior participação nas definições educacionais. O debate acerca da democracia no país abrangia a gestão democrática como pedagógica em um país em que historicamente não teve cultura democrática e após tantos anos de ditadura precisava aprender a participar.

Como diz Vieira (1996), o grau de coletivização das decisões é um termômetro do Estado democrático, assim quando o setor privado define as políticas públicas e insere uma lógica de mercado, medindo através das avaliações o produto educacional, a perda é enorme, pois estávamos apenas dando os primeiros passos em uma cultura democrática. Assim, considero a eleição para diretores e para o conselho escolar um aprendizado sobre a importância da democracia representativa. O mesmo sobre a participação dos alunos e comunidades em conselhos escolares e de classe e a participação dos profissionais da educação na definição do plano pedagógico da escola. Assim, os princípios da administração gerencial veiculados pelas instituições privadas através das parcerias com sistemas públicos estão na contramão da democratização da sociedade. (PERONI, 2012b, p. 18).

Ou seja, o que o repasse do Estado, em nível de criação e materialização de políticas educacionais sob a lógica privada pode acarretar no fazer diário das escolas? O que nos cabe neste momento, é entender que as “parcerias na educação” possuem, de uma ou de outra forma, fornecimento

público, financiamento público e gestão privada, gerando consequências para a gestão da educação e da escola, conforme podemos perceber através do exemplo de diversas parcerias firmadas na educação pública brasileira, tais como Instituto Ayrton Senna⁶, Grupo Positivo, Instituto Unibanco, Instituto Gerdaul entre outros.

Dado o exposto acima, questionamos: A serviço de quem e para quem está esse tipo de educação, proposta pelas instituições privadas, empresariais cujo foco principal está no 'progresso' vinculado diretamente à acumulação de bens materiais? Para Lima (2011, p. 131) "o império da racionalidade econômica institui a procura de eficiência à escala universal, dispensando a história, menosprezando a pergunta essencial - eficiência para quê, segundo quem e em benefício de quem"? Entendemos que essa é a grande questão que devemos pautar ao analisarmos o papel do Estado no que diz respeito às políticas sociais e ao significado das parcerias público-privadas no contexto da educação brasileira. Uma vez que, segundo Lima (2011), estamos vivendo uma época histórica em que "as organizações e administração públicas são percebidas como meramente instrumentais, devendo passar a serem subordinadas a critérios de produtividade, de eficácia, semelhantes aos das organizações econômicas (p. 135)". Justifica-se, portanto, a forte tendência às

críticas à administração pública e a entrada e domínio do empresariado nas questões públicas e nesse caso, mais específico, na educação pública através das diversas parcerias. Ou seja, o modelo de administração pública que forçosamente está sendo implementado no atual momento histórico é o privado, com vistas a uma gestão racional, em que os cidadãos são meramente clientes e consumidores.

Algumas considerações

O texto teve como objetivo maior provocar o debate e partilhar alguns estudos e pesquisas sobre um assunto tão polêmico como as conexões entre o público e o privado. Procuramos trazer um breve histórico para acentuar que os interesses privados na educação pública não se iniciam no período atual, ao contrário são constitutivos da nossa história. A concepção de direitos sociais materializados em políticas públicas é muito recente no Brasil. E, quando estava dando os primeiros passos no processo de democratização, após longa ditadura, defrontou-se com uma ofensiva do capital que retirava direitos sociais, pois defendia que o "culpado" pela crise era o Estado, que provocou a crise fiscal e foi ineficiente e improdutivo. Assim, as estratégias para o enfrentamento da crise são o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência.

Consideramos que esse diagnóstico do capital e suas principais estratégias

⁶ Ler texto: Educação: teoria e prática, v. 19, n. 32, jan./jun. 2009, p. 17-35. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2642/2503>>.

de superação desta crise, neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização financeira e a Terceira via, trazem profundas implicações para a democratização da sociedade em geral e da educação em particular, pois fazem uma separação entre o econômico e o político. A democracia passa a ser um valor abstrato, pois está desvinculada dos direitos sociais.

Em trabalhos anteriores, focamos nas parcerias entre as redes públicas e instituições do terceiro setor. Terminamos uma pesquisa nacional envolvendo dez estados a qual estudou a parceria com o Instituto Ayrton Senna, com diferentes implicações para a realidade local, desde as escolas indígenas em Altamira, no Pará, passando por São Paulo, Rio Grande do Sul, Cáceres, no Mato Grosso, região de fronteira com a Bolívia, isto é, diferentes contextos e uma mesma proposta padronizada para todos, com os chamados “materiais replicáveis”.

Neste artigo procuramos mostrar como o governo federal está estimulando as parcerias através do Guia de Tecnologias do PAR. Trata-se de uma política educacional e não apenas de casos isolados de empresários querendo influenciar na educação.

É importante destacarmos que, se por um lado, com o PDE/PAR o governo

federal assume um importante papel na execução do direito à educação básica, por outro, cada vez mais com o fomento às parcerias com o setor privado, via Guia de Tecnologias, ele promove uma forma de privatização já que repassa ao setor privado a “alma” da educação, quando este passa a definir desde o seu conteúdo até sua gestão, passando pela formação de professores. Por exemplo, no ensino aprendizagem, de 60 tecnologias propostas no Guia 2011/2012, 51 são externas ao MEC, como vimos no quadro 1.

Também consideramos que o fato de o MEC pré-qualificar as tecnologias educacionais do setor privado em vez de criar políticas públicas que contemplem as demandas da educação pública brasileira pode indicar por um lado a inexistência de políticas próprias, e por outro, indica que o Estado brasileiro através do MEC está em sintonia com a ideologia do empresariado, subordinando a educação à lógica do mercado.

Essa concepção está intimamente vinculada ao diagnóstico de que o público está em crise e o privado é o parâmetro de qualidade e de que mesmo o que permanece como propriedade do Estado deve ser coordenado pelo mercado.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Senado Federal, 2005.

_____. *Decreto de 30 de junho de 1821*. Coleção de Atos Oficiais. Leis do Império. Rio de Janeiro, n. 05, p. 08.

_____. *Lei N. 11.700, de 13.06.2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm#art1>. Acesso em: 29 ago. 2012.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Guia de tecnologias educacionais 2009*. Cláudio Fernando André (Org.). Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Guia de Tecnologias Educacionais 2011/12*. COGETEC (Org.). Brasília: 2011.

CAMINI, Lucia. A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso todos pela educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Recife, v. 26, n. 3, p. 535-550, set/dez. 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.

LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERONI, Vera. *Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do estado*. 2008. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo1/pol%EDticas_publicas_e%20gestao_da_educacao_veraperoni.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. Avaliação institucional em tempos de redefinições no papel do Estado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Recife, v. 15, p. 285-300, mai/ago 2009.

_____. *Redefinições no papel do Estado: parcerias público/privadas e a democratização da educação*. Arquivos analíticos de Políticas Educativas. 2012a.

_____. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Revista Proposições*. v. 23, n. 2, Campinas, FE/UNICAMP, 2012b.

PERONI, Vera Maria Vidal *et al.* Terceira Via, Terceiro Setor e a parceria IAS/sistemas de ensino público no Brasil. *Educação: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 19, n. 32, p. 17-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2642/2503>>. Acesso em: 16 maio 2012.

Recebido em agosto de 2012

Aprovado para publicação em outubro de 2012